



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

No Brasil, a semana traz dados de inflação, mercado de trabalho e crédito, além do início da temporada de balanços do setor bancário. Nos EUA, o Fed deve manter os juros estáveis.

A agenda econômica é bastante movimentada no Brasil nesta semana. O Banco Central divulga na quinta-feira (30) os dados do mercado de crédito de junho, que devem mostrar aceleração do ritmo de crescimento anual da carteira total. A Pesquisa Especial de Crédito da FEBRABAN estima avanço de 0,8% do saldo total em junho, liderado pelas operações destinadas às empresas (+1,5%), que contam com a dinâmica ainda forte dos programas governamentais. Já a carteira destinada às famílias deve mostrar alta mais modesta (+0,4%), possivelmente refletindo o efeito do novo Desenrola nas linhas mais arriscadas. Com isso, o crescimento em 12 meses da carteira de crédito total deve acelerar de 9,5% para 9,8%, seguindo em patamar elevado. As páginas [7 e 8](#) trazem mais detalhes da pesquisa.

No setor bancário, o Santander dá início na quarta (29), antes da abertura dos mercados, à rodada de divulgação dos balanços do setor referentes ao 2º trimestre. A expectativa do consenso é que a instituição apresente lucro líquido de R\$ 3,7 bi, com ligeira queda ante o trimestre anterior (-1,7%) e equivalente a uma alta de 1,7% ante o 2T25. Os analistas estarão atentos à evolução da qualidade da carteira e ao apetite de crédito das instituições, em um contexto de aumento da inadimplência, sobretudo entre as famílias e as MPEs, mas de crescimento ainda relevante do crédito (como apontado acima). O quadro abaixo traz as datas de divulgação e as projeções do mercado para as instituições de capital aberto no Brasil.

No cenário macroeconômico, destaque para a divulgação do IPCA-15 de julho, que deve mostrar avanço modesto no período. O IBGE divulga o indicador na terça-feira (28) e a expectativa do consenso do mercado é de alta mensal de 0,22%, contida pela queda dos preços dos alimentos no domicílio, movimento com componente sazonal (típico do inverno), especialmente nos itens *in natura*. No acumulado em 12 meses, o índice deve desacelerar de 4,80% para 4,69%. A divulgação será relevante para os agentes identificarem se as métricas mais acompanhadas para a condução da política monetária confirmam a inflexão apontada no resultado do IPCA de junho, o que poderia justificar novo corte de juros pelo BC em sua próxima reunião (dias 4 e 5 de agosto), em conjunto com o arrefecimento da atividade.

Calendário de Divulgação e Estimativa de Lucro dos Bancos com Capital Aberto para o 2T26

Banco	Data	Estimativa de Lucro Líquido no 2T26 Em R\$ mi	Var. % Trimestral	Var. % Anual
Santander	29/jul	3.723,1	-1,7%	1,7%
Itaú	04/ago	12.535,7	2,1%	8,9%
Bradesco	05/ago	6.996,5	2,7%	15,3%
Inter	05/ago	419,3	0,4%	26,2%
ABC	06/ago	262,8	14,2%	7,7%
BTG Pactual	11/ago	4.861,4	1,1%	16,2%
Pine	12/ago	165,0	10,1%	98,8%
Banco do Brasil	12/ago	3.721,3	8,5%	-1,7%
BMG	13/ago	152,0	3,4%	21,6%
Nubank	13/ago	4.981,0	8,7%	38,1%
Banrisul	13/ago	303,3	36,9%	-19,7%
XP	Sem data	1.365,3	3,6%	3,3%

Fonte: Áreas de RI dos bancos e Bloomberg



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

As leituras do mercado de trabalho também estarão no radar, com divulgações previstas para quinta-feira (30). A Pnad Contínua deve apontar ligeira queda da taxa de desemprego na margem, de 5,6% para 5,4% em junho, movimento associado a fatores sazonais, que mantém o desemprego em patamar historicamente baixo. As atenções, contudo, seguirão concentradas no comportamento da renda do trabalho, após a queda real observada na leitura de maio, que pode sugerir alguma acomodação do segmento. Na mesma direção, os dados do Caged, que surpreenderam negativamente nos últimos dois meses, devem indicar a criação de 115 mil vagas em junho, voltando a superar as 100 mil, embora abaixo do registrado em jun/25 (161,9 mil). Portanto, os agentes buscarão avaliar se os sinais recentes de acomodação, sobretudo na renda e no ritmo de geração de vagas, configuram uma perda de fôlego mais persistente, ou apenas um ajuste após meses de forte dinamismo.

No campo fiscal, o destaque será a publicação do resultado primário do Governo Central pelo Tesouro Nacional, na quinta-feira (30), com expectativa de déficit de R\$ 47,2 bilhões. O resultado é relativamente próximo ao observado em jun/25 (-R\$ 44,2 bilhões), em um contexto de crescimento tanto da arrecadação quanto das despesas, o que impede a redução do déficit. Na semana, também serão conhecidos os dados consolidados do setor público, divulgados pelo Banco Central na sexta (31), que devem seguir indicando trajetória de alta da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), consolidando-se acima de 80% do PIB.

No cenário internacional, a agenda também será bastante movimentada, com destaque para a reunião de política monetária do FED nos EUA, na quarta (29). A maior parte do mercado espera manutenção dos *Fed Funds* no intervalo entre 3,50% e 3,75% a.a., embora a reunião seja marcada por um cenário menos consensual do que os encontros recentes, com cerca de 35% de probabilidade de alta de 0,25 p.p., segundo dados do CME Group. O cenário segue caracterizado pela combinação de inflação ainda elevada, mercado de trabalho aquecido e incertezas relacionadas aos impactos do conflito no Oriente Médio sobre os preços de energia e as cadeias produtivas. Nesse contexto, será importante observar se o Fed fará alguma sinalização sobre seus próximos passos, diante das apostas de novas altas de juros ainda em 2026 e da mudança no estilo de comunicação da autoridade monetária sob o comando de Kevin Warsh.

Ainda nos EUA, a agenda traz importantes divulgações que podem alterar as perspectivas para os próximos passos do Fed, com destaque para a prévia do PIB do 2º trimestre e o índice PCE, ambos na quinta (30). Para o PIB, a expectativa é de manutenção do nível crescimento em 2,1% no comparativo anualizado ante o trimestre anterior, sugerindo uma atividade ainda firme, apoiada no consumo das famílias e nos investimentos no setor de tecnologia. Já o PCE (índice de preços dos gastos de consumo pessoal), métrica de inflação preferida do Fed, deve recuar 0,1% em junho e desacelerar em 12 meses para 3,7% (ante +4,1%), diante do alívio nos preços de energia, movimento já antecipado, em parte, pela divulgação do CPI. Contudo, a retomada das tensões no Oriente Médio pode levar a um novo repique nos preços dos derivados de petróleo em julho.

Na Zona do Euro serão conhecidas as prévias do PIB do 2º trimestre e da inflação ao consumidor (CPI) de julho, em meio à retomada do aperto monetário na região pelo BCE. A expectativa para o PIB, que será divulgado na quinta (30), é de alta de 0,2% ante o 1T26, revertendo a queda de igual magnitude observada no 1º trimestre. Apesar da modesta recuperação, o dado não deve alterar a percepção de fragilidade da economia da região. Já o CPI, divulgado na sexta (31), deve subir 0,3% em julho, com nova pressão nos preços dos combustíveis. Com isso, no acumulado de 12 meses, o indicador deve acelerar para 3,1% (ante +2,8%), voltando a distanciar-se da meta de inflação (2,0%) e reforçando as apostas em nova alta de juros pelo BCE em sua próxima reunião.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
27-30/jul	FGV: Sondagens de Confiança	Jul/26	-	-
28/jul	BCB: Estatísticas do Setor Externo	Jun/26	US\$ -2,2 bi	US\$ -3,2 bi
28/jul	IBGE: IPCA-15	Jul/26	0,22% m/m 4,69% a/a	0,41% m/m 4,80% a/a
30/jul	Reunião CMN	-	-	-
30/jul	BCB: Estatísticas de Crédito	Jun/26	0,8% m/m* 9,8% a/a*	0,6% m/m 9,5% a/a
30/jul	Caged: Geração de Vagas Formais de Trabalho	Jun/26	115,0 mil	73,0 mil
30/jul	PNAD: Taxa de Desemprego	Jun/26	5,4%	5,6%
30/jul	FGV: IGP-M	Jul/26	-1,02% m/m 2,88% a/a	-0,50% m/m 3,18% a/a
30/jul	Tesouro: Resultado Primário do Governo	Jun/26	R\$ -47,2 bi	R\$ -53,3 bi
31/jul	BCB: Estatísticas Fiscais	Jun/26	R\$ -49,8 bi	R\$ -56,1 bi

Fonte: Bloomberg. *Pesquisa Especial de Crédito Febraban.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
27/jul	EUA	Pedidos de bens duráveis	Jun/26	1,8% m/m	-4,5% m/m
28/jul	EUA	Estoque de Atacado	Jun/26 - prévia	0,5% m/m	0,1% m/m
28/jul	EUA	Confiança do Consumidor (Conf. Board)	Jul/26	92,0 pts	91,2 pts
29/jul	EUA	Fed: Reunião de Política Monetária	-	3,50% aa; 3,75% aa	3,50% aa; 3,75% aa
30/jul	China	PMI Manufatura e Serviços	Jul/26	50,1 pts / 50,0 pts	50,3 pts / 50,2 pts
30/jul	Zona do Euro	PIB	2º tri/26 - prévia	0,2% t/t-1	-0,2% t/t-1
30/jul	Zona do Euro	Confiança do Consumidor	Jul/26 - final	-15,9 pts	-17,7 pts
30/jul	EUA	PIB	2º tri/26 - prévia	2,1% t/t-1 (anualizado)	2,1% t/t-1 (anualizado)
30/jul	EUA	Rendas e Gastos Pessoais	Jun/26	0,3% m/m 0,3% m/m	0,7% m/m 0,7% m/m
30/jul	EUA	Deflator de Gastos Pessoais (Índice PCE)	Jun/26	-0,1% m/m 3,7% a/a	0,4% m/m 4,1% a/a
31/jul	Zona do Euro	Inflação ao Consumidor (CPI)	Jul/26 - prévia	0,3% m/m 3,1% a/a	-0,1% m/m 2,8% a/a
31/jul	EUA	Confiança do Consumidor (Univ. Michigan)	Jul/26 - final	54,0 pts	49,5 pts

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

Monitor do PIB traz novos sinais de arrefecimento da economia no 2T26

O Monitor do PIB, publicado pela FGV, indicou crescimento de **0,7% em maio**. Assim, após dois meses consecutivos de relativa estabilidade, o indicador voltou a mostrar alguma aceleração da atividade. O principal vetor de crescimento no mês foi a agropecuária, com alta de 1,0% na margem. O setor de serviços também avançou (+0,4%), enquanto a indústria recuou 0,2%.

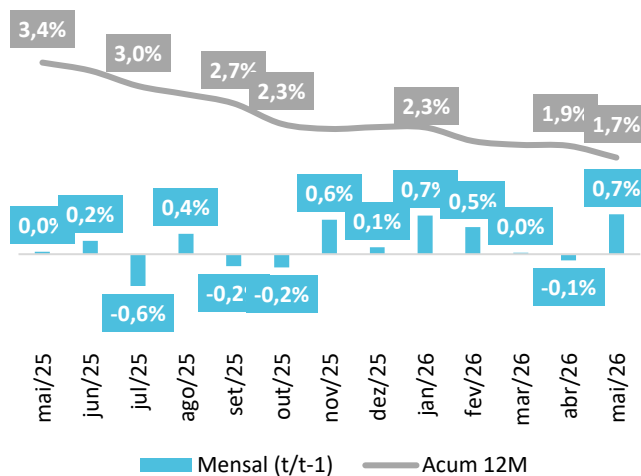
Na comparação interanual, a leitura apontou expansão de 1,2% do PIB, novamente com destaque para a agropecuária, que cresceu 2,1%. No acumulado de 12 meses, contudo, o Monitor sinaliza continuidade da trajetória de perda de tração da atividade, com crescimento de 1,7% (ante 1,9% em abril e 2,3% em janeiro).

Do lado da demanda, a surpresa positiva veio da absorção interna, na comparação do trimestre móvel encerrado em maio com igual período de 2025. O indicador da FGV mostrou crescimento de 3,3% do consumo das famílias. Esse componente voltou a acelerar nos últimos três meses, após desempenho mais fraco no segundo semestre de 2025 e no primeiro bimestre de 2026, sugerindo uma retomada da demanda das famílias, em um contexto de mercado de trabalho aquecido. A Formação Bruta de Capital Fixo também apresentou alta (+2,0%), com a taxa de investimento atingindo 18,6% do PIB. Por outro lado, a surpresa negativa ficou por conta da demanda externa, com desaceleração das exportações, impactada pela queda nas vendas de minerais ao exterior.

Apesar da divergência em relação ao IBC-Br, que apontou estabilidade no mês, o *carry-over* do Monitor indica crescimento de 0,5% no 2T26, após alta de 1,1% no 1T26, trazendo novos sinais de moderação da economia no trimestre. Para o ano, o *carry-over* permaneceu próximo de 2,0%, alinhando-se às expectativas de crescimento anual. Assim, embora a demanda interna siga resiliente na margem, as medidas de tendência reforçam a perspectiva de perda de tração da atividade ao longo do 2S26.

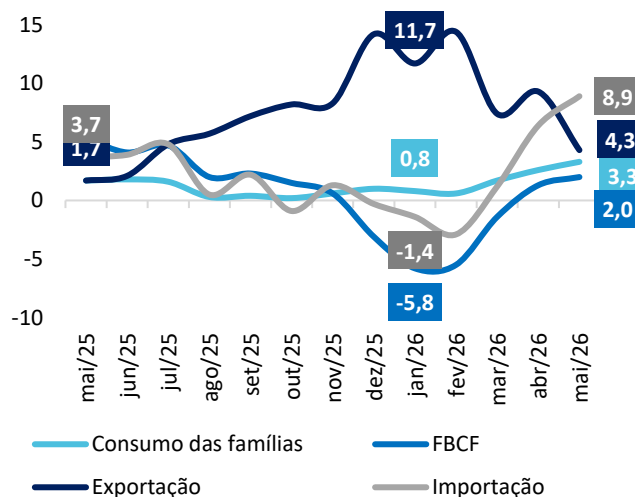
O Governo Federal publicou, na última sexta-feira, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) do 3º bimestre de 2026, com redução do bloqueio orçamentário em R\$ 5,7 bilhões. O relatório atualizou parâmetros relevantes para o acompanhamento fiscal do ano, como o preço do barril de petróleo.

Quadro 1: Monitor do PIB
Var. (%) Mensal e Acum. 12 meses



Fonte: FGV

Quadro 2: Crescimento da Demanda
Var. (%) Trimestre Móvel (t/t-12)



Fonte: FGV

Além disso, elevou a estimativa para a Selic média em 2026, para 14,16%, enquanto manteve a projeção de crescimento do PIB em 2,3%, acima do consenso do Focus, atualmente em torno de 2,0%.

A principal novidade foi o volume do desbloqueio, que ainda era incerto para o mercado. O governo passou a prever bloqueio de R\$ 17,9 bilhões na execução orçamentária de 2026, ante R\$ 23,8 bilhões no relatório anterior. Os bloqueios decorrem da necessidade de cumprir o limite de crescimento real das despesas, de 2,5%. Com um cenário menos pressionado para os gastos previdenciários e para as despesas vinculadas ao BPC, associado à redução das filas do INSS, com menor pressão de gastos do que a esperada inicialmente, o governo passou a ter algum espaço para reduzir parcialmente o bloqueio do bimestre anterior.

Ainda assim, o quadro fiscal segue exigindo atenção. O relatório projeta déficit primário de R\$ 52 bilhões, que, após as deduções permitidas pelo arcabouço fiscal, é compatível com o piso da meta de resultado primário zero para 2026. O número, contudo, é marginalmente melhor do que a expectativa de mercado, ainda próxima de um déficit de R\$ 55,2 bilhões (que também cumpre a meta). Com o bom desempenho recente da arrecadação, o risco de contingenciamento para o cumprimento da meta parece, por ora, mais remoto.

Por fim, o relatório não trouxe grandes surpresas além do desbloqueio, que dá algum alívio em relação aos riscos apontados no bimestre anterior. Com a menor pressão em Previdência e BPC, os principais riscos passam a se concentrar em três frentes: as políticas de desoneração e subvenção aos combustíveis; o efeito do preço do petróleo sobre a arrecadação; e os impactos da desaceleração da atividade no 2S26 sobre a receita tributária, que, por ora, ainda demonstra bastante resiliência.

Quadro 3: Orçamento Federal – Reavaliação do 3º bimestre

R\$ milhões

Discriminação	LOA 2026	Avaliação 3º Bimestre (a)	Expectativas de Mercado* (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Primária Total	3.198.061,3	3.237.220,2	3.175.000,0	-62.220,2
3. Receita Líquida	2.590.594,3	2.593.602,5	2.566.962,8	-26.639,7
4. Despesas Primárias	2.613.510,2	2.645.616,4	2.626.357,0	-19.259,4
5. Resultado Primário (3) - (4)	-22.915,9	-52.013,9	-58.077,1	-6.063,2
5.1. Déficit Público/PIB (%)	-0,17%	-0,38%	-0,43%	-0,05%
6. Dedução EC 136, ADPF 1236 e LCs 221 e 223	57.836,1	62.779,0	62.779,0	
7. Resultado Primário após Dedução (5) + (6)	34.920,1	10.765,1	4.701,9	-6.063,2
8. Centro da Meta de Resultado Primário	34.264,6	34.264,6	34.089,1	-175,5
8.1. Meta de Resultado Primário/PIB (%)	0,25%	0,25%	0,25%	
9. Limite Inferior da Meta de Resultado Primário	0,0	0,0	0,0	0,0
10. Espaço (+) / Ajuste (-) para o Centro da Meta (7) - (8)	655,5	-23.499,5	-29.387,2	-5.887,7
11. Espaço (+) / Ajuste (-) para o Limite Inferior da Meta (7) - (9)	34.920,1	10.765,1	4.701,9	-6.063,2

* Disponíveis no Prisma Fiscal - Julho/2026

Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério da Fazenda

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Escalada das tensões no Oriente Médio amplia apostas de aperto monetário nos EUA

No cenário internacional, a última semana foi marcada pela consolidação da escalada das tensões no Oriente Médio, elevando as preocupações com o fornecimento global de petróleo. Isso contribuiu para a alta dos preços da *commodity*, que voltou a ultrapassar US\$ 100 por barril (*Brent*) no meio da semana, nível mais alto em dois meses. Além da nova paralisação do tráfego no Estreito de Ormuz, o Mar Vermelho, outra importante rota de escoamento do petróleo mundial, também corre o risco de ser fechado, em função dos ataques dos Houthis (grupo do Iêmen) às embarcações que trafegam pela via.

O movimento aumentou o prêmio de risco geopolítico, reforçando as incertezas quanto à trajetória da inflação nas economias avançadas. Diante disso, têm aumentado as apostas na necessidade de alta dos juros pelo Fed, com a ferramenta do CME apontando um avanço de 12,8% para 35% na probabilidade de alta dos juros (+0,25 p.p.) na reunião de julho, além da precificação de duas altas até o fim do ano. No mercado de *Treasuries*, os rendimentos dos títulos de maior prazo (30 anos) atingiram as máximas desde 2007, enquanto as principais bolsas registraram queda, refletindo, além do movimento de aversão ao risco, a piora das expectativas no setor de tecnologia, em função de resultados corporativos decepcionantes em empresas como Alphabet/Google e Tesla. De toda forma, nesta segunda, os EUA e o Irã anunciaram um novo cessar-fogo, levando o preço do petróleo para baixo de US\$ 90 o barril.

Na agenda econômica, a semana foi marcada pela reunião de política monetária do Banco Central Europeu (BCE), na qual o Comitê manteve os juros inalterados, após ter retomado o aperto monetário no encontro anterior. A taxa de depósitos permaneceu em 2,25% a.a., em decisão unânime. Ainda assim, Christine Lagarde, presidente da instituição, informou, em coletiva, que alguns membros avaliaram se uma alta já seria apropriada nesta reunião. Em meio à retomada do conflito no Oriente Médio, a percepção é que o BCE indicou que deve realizar uma nova alta dos juros (+0,25 p.p.) na reunião de setembro.

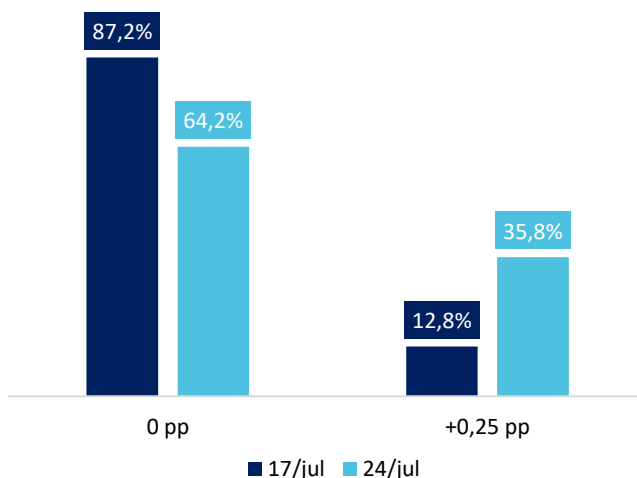
As prévias dos índices PMIs de julho reforçaram o quadro de expansão da atividade nas principais economias avançadas. Nos EUA, o PMI de serviços avançou de 51,2 para 53,6 pts, maior nível desde nov/25. Já o PMI da indústria ficou praticamente estável (53,8 pts), mas em patamar elevado. Na Zona do Euro, o índice de serviços subiu de 49,4 para 51,6 pts, retornando ao campo expansionista após três meses de contração, enquanto o da indústria avançou de 51,4 para 52,0 pts, atingindo o maior nível em mais de quatro anos.

**Quadro 4: Preço do Petróleo (Brent)
Em US\$ por barril**



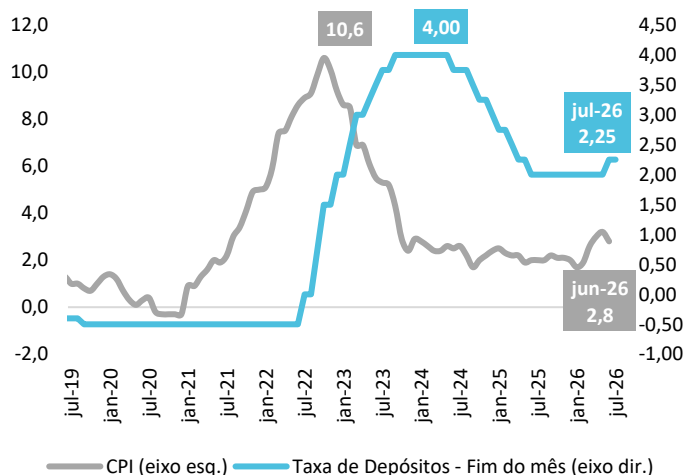
Fonte: Bloomberg.

**Quadro 5: Evolução da probabilidade de elevação dos
juros pelo Fed na reunião de julho**



Fonte: CME Group.

**Quadro 6: Zona do Euro – Taxa de depósitos (% aa)
vs CPI (% aa)**



Fonte: Bloomberg.

Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

CRÉDITO / BANCOS

Expansão anual da carteira deve voltar a acelerar em junho

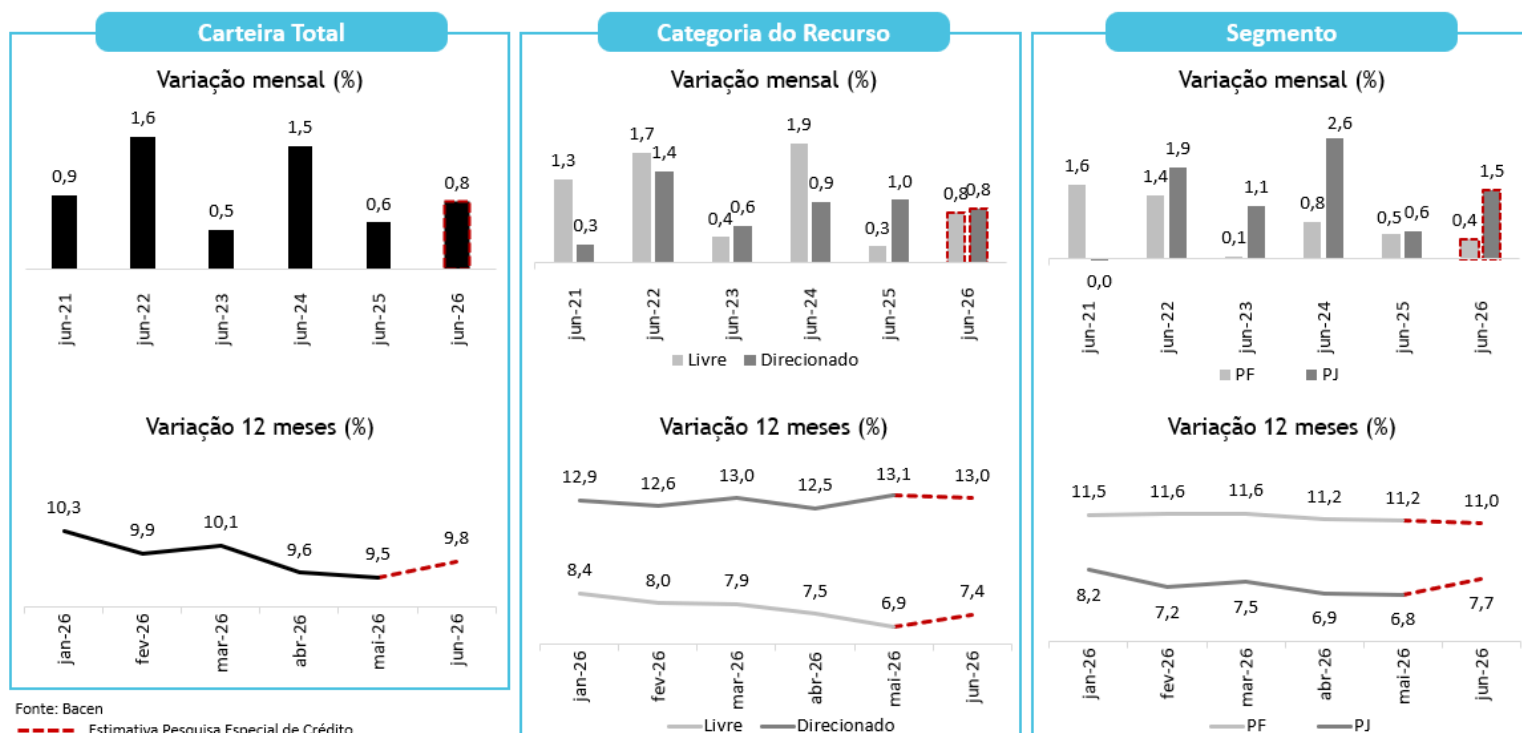
O saldo da carteira de crédito total deve crescer 0,8% em junho, com a expansão anual acelerando de 9,5% para 9,8%, beneficiada pelas operações destinadas às empresas, que contam com a dinâmica ainda forte dos programas governamentais (recursos direcionados) e com fraca base de comparação nos recursos livres.

A carteira destinada às empresas deve subir 1,5%, liderando o crescimento no mês e acelerando o avanço em 12 meses de 6,8% para 7,7%. A alta no mês deve ser puxada pela carteira com recursos livres (+1,7%), com efeito sazonal positivo de fim de trimestre nas linhas de recebíveis. Em 12 meses, a linha PJ Livre deve sair da estabilidade para alta de 1,9%, impulsionada por uma base de comparação fraca, dado que a alíquota de IOF foi majorada em jun/25, o que penalizou especialmente a linha de desconto de recebíveis (risco sacado), medida posteriormente

revertida. No caso dos recursos direcionados, a alta mensal deve ser de 1,2%, ainda impulsionada pelos programas governamentais, que contaram com novos aportes (FGI-PEAC), mantendo-se com a expansão anual mais forte entre as aberturas, apesar de alguma desaceleração na margem (de 18,2% para 17,4%).

Já a carteira destinada às famílias deve avançar 0,4% no mês, com leve moderação em 12 meses (+11,0%; ante +11,2%). No mês, o avanço deve ser liderado pelas linhas com recursos direcionados (+0,7%), em função do bom desempenho do crédito imobiliário, diante das novas regras do MCMV. Já os recursos livres devem apresentar expansão mais tímida (+0,2%), com moderação das linhas mais arriscadas, refletindo potencialmente o efeito do novo Desenrola. Em 12 meses, as duas aberturas devem seguir em patamares próximos e com ritmos elevados de expansão: PF Livre em 11,3% (ante +11,7%) e PF Direcionada em 10,7% (ante +10,5%).

Quadro 7: Projeções para o Saldo da Carteira de Crédito – Pesquisa Especial de Crédito



Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

As concessões de crédito devem crescer 5,8% em junho ou 0,7% no dado ajustado por dias úteis. Na comparação com junho de 2025 (também por dias úteis), o avanço deve ser mais robusto, de 9,1%.

Assim como no saldo, na comparação anual as concessões também são puxadas pela carteira destinada às empresas (+17,0%), especialmente pelas linhas com recursos livres, em função do efeito base nas linhas de desconto de recebíveis. Nas concessões às famílias (+2,5%), o desempenho deve ser mais tímido nas linhas com recursos livres, especialmente no cartão à vista, sugerindo alguma acomodação do consumo no período. Já nos recursos direcionados, as concessões do imobiliário devem mostrar alta relevante.

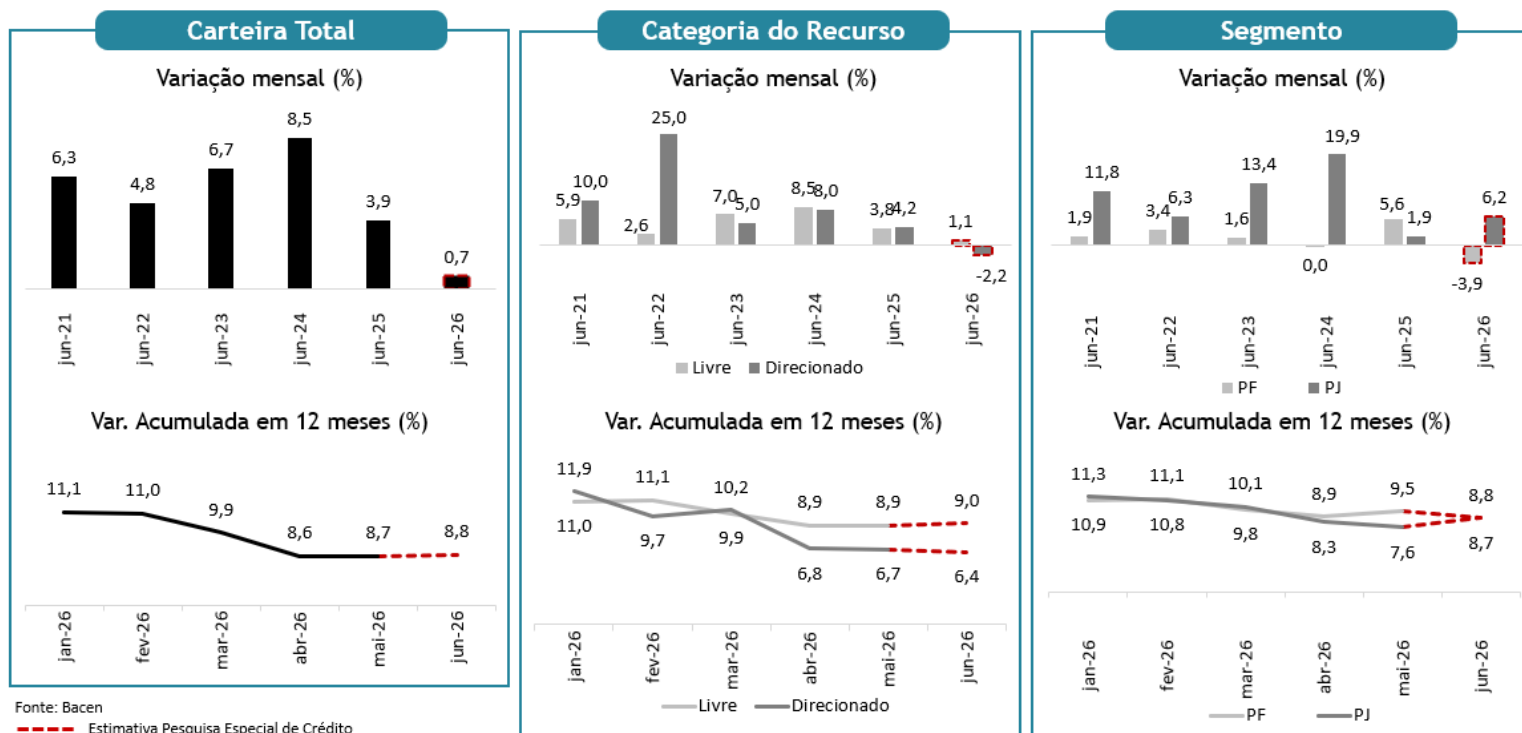
No acumulado de 12 meses, o ritmo de crescimento das concessões totais deve voltar a acelerar, após três meses de

acomodação, subindo de 8,3% para 8,8%. O movimento é puxado pelo maior dinamismo da carteira PJ (+9,0%; ante +7,4%), apenas parcialmente contido pela ligeira desaceleração em PF (+8,7%; ante +9,0%).

Portanto, a pesquisa sugere que o ritmo de expansão do crédito continua elevado, mesmo diante de uma política monetária ainda bastante restritiva. Contudo, esse crescimento permanece mais intenso nas linhas com recursos direcionados, refletindo o impulso dos programas governamentais. Adicionalmente, em junho, o efeito de base de comparação na carteira PJ Livre também contribuiu para acelerar o crescimento agregado.

A divulgação das Estatísticas Monetárias e de Crédito pelo Banco Central está programada para acontecer em 30 de julho. Para ver o resultado completo da pesquisa, [clique aqui](#).

Quadro 8: Projeções para as Concessões de Crédito – Pesquisa Especial de Crédito



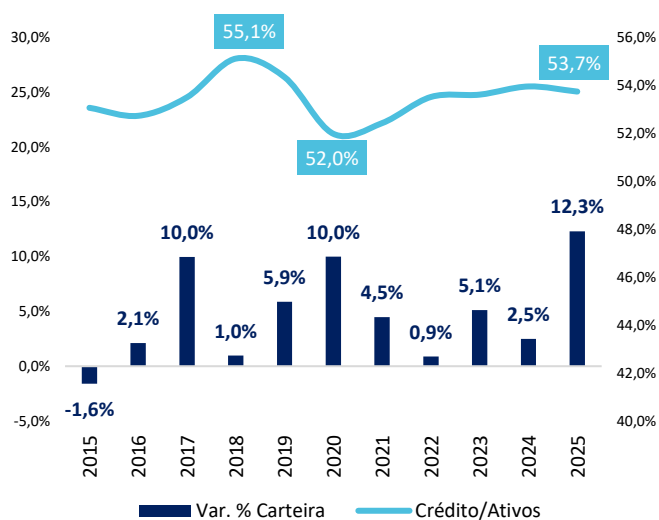
**The Banker
Top 1.000 World Banks 2026**

CRÉDITO / BANCOS

Nesta semana, dando continuidade à análise das informações divulgadas pela revista The Banker – Ranking Top 1000 World Banks 2026, referente ao ano de 2025, analisaremos a carteira de crédito, seu crescimento e a proporção em relação ao total de ativos (razão crédito/ativos) para os maiores bancos do mundo. Importante destacar que, nas análises a seguir, foram retiradas as IFs que não possuíam dados sobre volume de empréstimos. Para os comparativos anuais, consideraram-se apenas os bancos que reportaram a informação de empréstimos no período avaliado, a fim de evitar o efeito de entrada/saída da base.

A carteira de crédito da amostra, que conta com 980 bancos, atingiu US\$ 97,0 trilhões, alta de 12,3% em 2025. É importante lembrar que os valores são contabilizados em dólar e que o índice DXY, que compara a moeda norte-americana com uma cesta de moedas fortes, recuou 9,1% em 2025, o que ajuda a explicar parte relevante desse crescimento. Assim, após crescer apenas 2,5% em 2024 e 3,2% na média do período pós-pandemia (2021 a 2024), o avanço do crédito bancário deu sinais de reação, diante do movimento de flexibilização monetária observado em diversas jurisdições relevantes (EUA, Zona do Euro e China). Isso pode ser observado em casos em que o efeito cambial não é relevante, como nos EUA ou na China (onde o yuan ficou relativamente estável no período), com avanço da carteira de crédito de 10,4% e 11,0%, respectivamente.

Quadro 9: Crescimento Anual da Carteira de Crédito (em dólares) e evolução da razão Crédito/Ativos



Fonte: The Banker.

Desta forma, também é válido observar o desempenho de uma métrica que busca neutralizar o efeito cambial, como a relação crédito/ativos totais (em que ambas as variáveis são afetadas) e que, em alguma medida, consegue captar o "apetite" das instituições ou do setor bancário. O indicador ficou praticamente estável (-0,2 p.p.) no ano, atingindo 53,7%, mantendo-se praticamente no mesmo patamar desde 2022 (53,5%), na recuperação do pós-pandemia.

O Quadro 10 traz os dados da carteira de crédito e a razão crédito/ativos desagregados por regiões e países. Entre as principais regiões, destaque para a Europa, onde a carteira registrou expansão de 17,8%, beneficiada em parte pela valorização do euro no ano (11,4%). Sem o efeito cambial, a alta ainda é relevante e teria ficado próxima de 6%, com expansão disseminada entre os países do continente, em função da redução dos juros praticada pelo BCE entre 2024 e 2025. Adicionalmente, a razão empréstimos/ativos avançou 0,5 p.p., para 51,6% (considerando TVMs, teria subido 1,6 p.p., para 72,1%). Na Ásia, região mais relevante do ranking, a carteira de crédito cresceu 9,2% (em dólares), liderada pela China (11,0%). No país, o crescimento dos bancos tem ficado cada vez mais dependente dos estímulos governamentais adotados para mitigar a crise no setor imobiliário, segundo a própria The Banker. A relação crédito/ativos na China recuou 1,6 p.p., para 58,3%, puxando para baixo a métrica da região asiática (-0,6 p.p., para 57,3%), embora esta siga acima da média global (53,7%).

Na América do Norte, a expansão do crédito foi de 8,8%, com a relação crédito/ativos relativamente estável (+0,1 p.p.), em 44,6%. Nos EUA, o avanço da carteira foi de 10,4%, puxado pelos maiores players (JP Morgan, BofA, Wells Fargo, Citi, Goldman Sachs e Morgan Stanley), que registraram alta de 10,7%, enquanto as menores instituições cresceram apenas 2,1%. A relação crédito/ativos subiu 0,2 p.p., para 33,2% nos maiores bancos (ou +1,3 p.p., para 68,9% com TVMs). Já entre as menores IFs, ficou praticamente estável em 60,5% (ou 79,8% com TVMs). Estes números mostram que as instituições menores possuem razão crédito/ativos bastante superior à dos grandes bancos, por contarem com um balanço mais simples, concentrado em crédito, enquanto as grandes carregam maiores volumes de ativos negociáveis (*trading assets*), derivativos, entre outros.

No Brasil, a carteira de crédito dos bancos da amostra, mensurada em dólar, cresceu 18,0% em 2025, o que implica alta de 6% em reais, abaixo do reportado pelo BCB para todo o SFN (+10,4%), uma vez que o crescimento do crédito tem se dado com maior intensidade nas IFs de menor porte, boa parte delas não contemplada na amostra da The Banker. A razão crédito/ativos recuou 2,0 p.p., para 43,1%, afetada pela reclassificação de crédito em algumas IFs (efeito da Res. CMN 4.966). Sem essa distorção, teria crescido 0,6 p.p., em linha com o contínuo aumento do crédito no país. Considerando TVMs, a proporção atingiu 75,8% (+4,6 p.p.), alta explicada tanto pela reclassificação de linhas de crédito em TVMs quanto pelo aumento da relevância do mercado de crédito privado no país, no qual parte das emissões (debêntures, CRAs/CRIIs, entre outros) é encarteirada pelas instituições, ocupando fração maior do balanço.

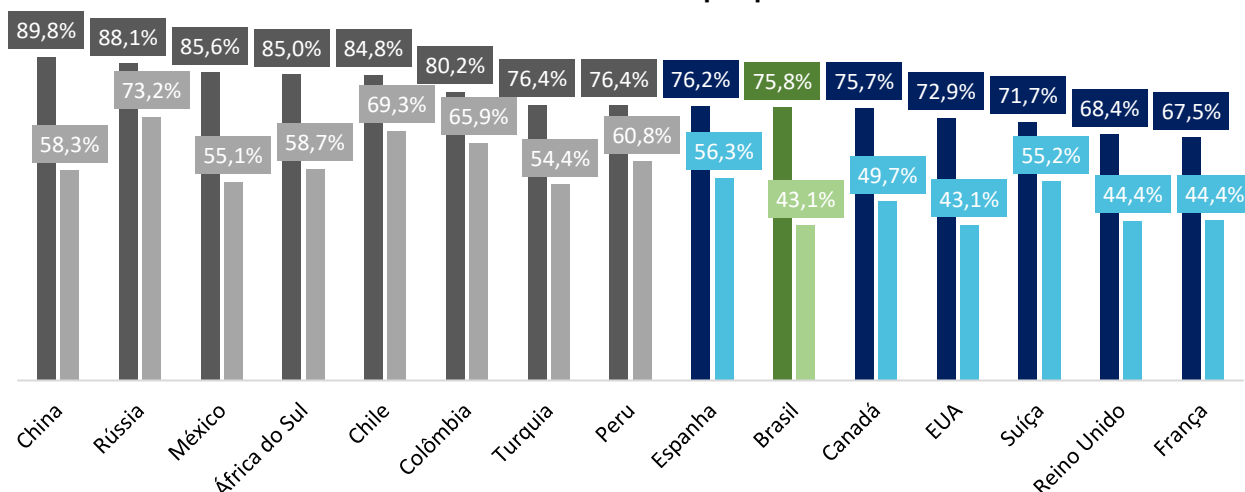
Quadro 10: Carteira de Crédito e relação Crédito/Ativos por Região e país - 2025

Região/País	Nº de bancos	Empréstimos		Razão Empréstimos/Ativos		Razão Empréstimos + TVMs/Ativos	
		US\$ bi	Var. % (25/24)	Em %	Var. pp (25/24)	Em %	Var. pp (25/24)
Ásia e Pacífico	375	49.002	9,2%	57,3%	-0,6	81,1%	0,9
China	142	31.949	11,0%	58,3%	-1,6	89,8%	-0,5
Japão*	81	5.214	3,5%	41,8%	1,4	41,8%	1,4
Índia*	29	2.370	4,6%	65,3%	2,0	66,0%	2,0
Coreia do Sul	6	1.761	7,2%	63,8%	-3,7	88,2%	-0,6
Europa	209	25.880	17,8%	51,6%	0,5	72,1%	1,6
França	6	5.532	14,2%	44,4%	-0,4	67,5%	1,6
Reino Unido	24	4.259	13,7%	44,4%	1,1	68,4%	2,4
Suíça	37	2.039	16,3%	55,2%	2,5	71,7%	3,4
Espanha	14	2.790	15,5%	56,3%	-1,2	76,2%	-0,2
América do Norte	196	14.297	8,8%	44,6%	0,1	73,5%	0,9
EUA	181	10.768	10,4%	43,1%	0,4	72,9%	0,6
6 maiores bancos	6	5.266	10,7%	33,2%	0,2	68,9%	1,3
Demais IFs	175	5.502	2,1%	60,5%	0,1	79,8%	-0,5
Canadá	12	3.469	4,0%	49,7%	-0,7	75,7%	2,0
Oriente Médio	64	3.289	17,4%	66,0%	0,6	85,0%	0,8
Europa Leste e Central	37	2.058	41,2%	68,2%	-0,2	87,5%	0,0
Rússia	15	1.637	45,2%	73,2%	-1,6	88,1%	-0,7
América do Sul	37	1.467	17,2%	48,0%	-1,4	77,0%	3,4
Brasil	14	992	18,0%	43,1%	-2,0	75,8%	4,6
Chile	6	178	17,5%	69,3%	1,0	84,8%	0,7
África	31	688	16,4%	56,8%	-1,7	83,6%	0,1
África do Sul	6	382	16,0%	58,7%	-2,2	85,0%	-0,4
América Central	17	232	15,8%	57,4%	0,3	85,0%	0,8
México	9	155	21,9%	55,1%	1,1	85,6%	1,0
Ásia Central	7	68	34,4%	64,1%	0,2	83,3%	2,9
Caribe	7	49	21,6%	53,2%	2,3	80,0%	0,2
Total	980	97.030	12,3%	53,7%	-0,1	77,4%	1,1

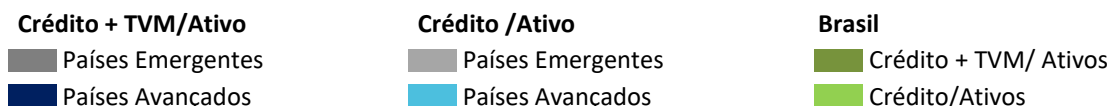
Fonte: The Banker. *Bancos do Japão e da Índia possuem pouca informação de TVMs na base.

O Quadro 11 traz a razão entre a carteira de crédito (com e sem TVMs) sobre o total de ativos para o Brasil e os principais países do ranking. O Brasil apresenta razão de 43,1% de crédito bancário em balanço, abaixo da maioria dos emergentes. Isso, contudo, não significa necessariamente uma baixa alocação em crédito. Considerando os títulos privados que os bancos carregam em balanço (crédito não bancário/operações do mercado de capitais), a proporção sobe para 75,8%. Ainda assim, o Brasil permanece relativamente abaixo da amostra de emergentes, fato explicado por algumas idiossincrasias do mercado local. Dois fatores têm peso relevante: os compulsórios e os ativos fiscais diferidos. No Brasil, as alíquotas de depósitos compulsórios ainda são elevadas (~20%), o que exige manter grande volume de recursos depositados no BC (ferramenta em desuso na maioria dos países, dados os requisitos de Basileia). Ao mesmo tempo, a diferença de reconhecimento da perda (PDD) nos âmbitos prudencial e tributário gera volumes significativos de créditos tributários, mantidos em balanço sem rendimento. Esse ponto tende a ser atenuado pela Lei nº 14.467/2022, em vigor desde janeiro de 2025, que aproximou o tratamento tributário das perdas ao reconhecimento contábil, reduzindo gradualmente o estoque de ativos fiscais diferidos. A correção dessas idiossincrasias é importante, pois permite às IFs alocarem melhor seus recursos, ampliando a disponibilidade de crédito e/ou reduzindo seu custo no país.

Quadro 11: Razão Crédito + TVMs / Ativos por país* em 2025 – Em %



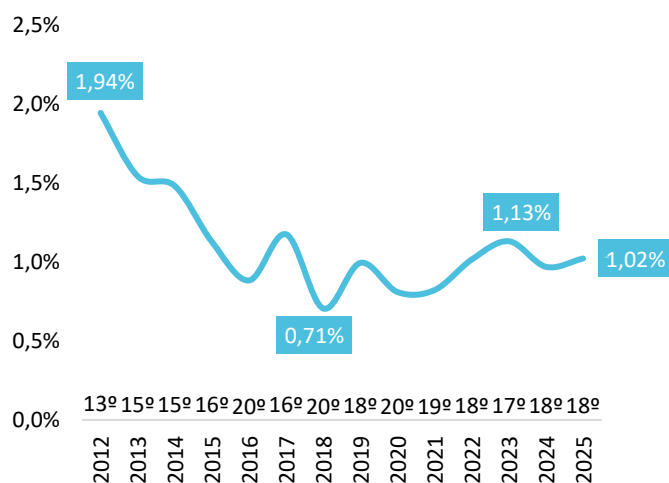
Fonte: The Banker. *Bancos do Japão e da Índia possuem pouca informação de TVMs na base.



O Quadro 12, por fim, destaca a relevância do Brasil no ranking em termos de crédito. A participação da carteira de crédito dos bancos brasileiros em relação ao total da amostra subiu para 1,02% em 2025 (ante 0,97% em 2024), praticamente a metade do observado no início do ranking, em 2012 (1,94%). Com isso, o país manteve-se na 18ª posição. A China lidera nessa métrica (32,9%), seguida pelos EUA (11,1%) e pela França (5,7%). Entre os países emergentes, apenas a Rússia (15ª; 1,69%) está à frente do Brasil. Considerando TVMs, a colocação do Brasil sobe para a 15ª, com 1,25% do total da amostra.

Em resumo, 2025 marcou a retomada do crédito bancário no mundo, impulsionado pela flexibilização monetária em economias relevantes. O Brasil acompanhou o movimento, mas segue com uma proporção de crédito em balanço aquém de seus pares emergentes, reflexo de particularidades regulatórias e tributárias. A remoção gradual dessas distorções é um vetor importante para a melhora do ambiente de crédito no país.

Quadro 12: Participação (%) e posição do Brasil com relação ao total dos empréstimos



Fonte: The Banker.

Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP) – FMI

CRÉDITO / BANCOS

Na última quinta-feira (23), o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou dois relatórios sobre o Brasil: (i) o relatório da Consulta do Artigo IV de 2026, instrumento anual de vigilância bilateral que avalia as condições macroeconômicas do país; e (ii) o *Financial System Stability Assessment* (FSSA), elaborado no âmbito do Programa de Avaliação do Setor Financeiro (*Financial Sector Assessment Program* – FSAP), que examina a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional. Destaque para o relatório FSSA, conduzido em conjunto com o Banco Mundial, uma vez que a última edição para o Brasil havia sido realizada em 2018. A análise é aplicada periodicamente a países com setor financeiro sistemicamente relevante.

O FSSA concluiu que o sistema financeiro brasileiro permanece amplamente resiliente a choques adversos, mesmo em cenários severos. A avaliação destaca que o SFN passou por transformações relevantes desde 2018. Do ponto de vista estrutural, o sistema segue dominado por bancos, com dois dos seis maiores sendo estatais, mas com maior competição impulsionada por bancos digitais e fintechs. Outros pontos destacados foram a expansão do mercado de capitais, o forte crescimento do Pix e o avanço do mercado de criptoativos. Quanto ao cenário, o relatório destaca a elevação do endividamento de famílias e empresas mesmo em meio a um ambiente de juros altos. O sistema bancário mostra-se rentável, bem capitalizado (CET1 agregado de 14,2% ao fim de 2025) e líquido (LCR de 199%), com os testes de estresse de solvência indicando que o índice de capital agregado permanece acima do nível necessário mesmo nos cenários adversos. O documento observa ainda que o sistema é altamente interconectado, em especial pela exposição comum ao mercado de títulos soberanos, embora os riscos de liquidez sejam considerados administráveis.

Em termos de recomendações, o FMI reconhece o progresso substancial desde o FSAP de 2018, mas indica prioridades para preservar a resiliência do sistema. Entre os principais pontos, destacam-se:

- i. Conceder plena autonomia orçamentária ao BCB e ampliar a proteção legal aos seus quadros, além de sanar as restrições de pessoal no BCB, CVM e SUSEP;
- ii. Aprovar um novo arcabouço legal para regimes de resolução de IFs, destacando uma lei específica que tramita no Congresso desde 2019, que corresponde ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 281/2019;
- iii. Calibrar e implementar um Adicional Contracíclico de Capital em nível neutro positivo (PN-CCyB);
- iv. Introduzir um limite de comprometimento de renda como instrumento macroprudencial baseado no tomador, dado o aumento do endividamento das famílias;
- v. Alinhar o modelo de risco de crédito dos testes de estresse aos princípios do IFRS 9; e
- vi. Aprimorar o arcabouço do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), com a redução do prazo de pagamento das garantias para sete dias, a melhoria do compartilhamento de informações entre BCB e FGC nos casos de intervenção precoce e, sobretudo, o estabelecimento de mecanismos que evitem o uso dos recursos do fundo para sustentar bancos insolventes, recomendando o fim da assistência a bancos em funcionamento (*open bank assistance*).

O relatório também trata de outros temas, como o Pix, reconhecido como catalisador de inclusão e competição, com recomendações de fortalecimento do arranjo de vigilância do instrumento, bem como a indicação de separação das funções operacionais e de fiscalização do Pix. No âmbito de criptoativos, o documento avalia como positivos os avanços recentes na regulação dos prestadores de serviço, mas aponta lacunas em segregação de ativos de clientes, regulação de emissores de stablecoins e requisitos prudenciais. Já em cibersegurança, considera o arcabouço amplamente alinhado a padrões internacionais, com espaço para aprimorar o reporte de incidentes, por exemplo. O relatório conclui que as autoridades brasileiras acolheram positivamente as conclusões e reafirmaram o compromisso com o contínuo fortalecimento dos arcabouços regulatório e de supervisão.

[Clique aqui](#) para acessar o FSSA do Brasil na íntegra e [aqui](#) para acessar o relatório da Consulta do Artigo IV de 2026 na íntegra.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2026				2027			
	24/07/2026	17/07/2026	26/06/26	Viés	24/07/2026	17/07/2026	26/06/26	Viés
IPCA (%)	5,12	5,15	5,33	▼	4,22	4,20	4,17	▲
PIB (% de crescimento)	1,99	1,99	1,99	↔	1,60	1,65	1,68	▼
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	14,00	14,00	14,00	↔	12,00	12,00	12,00	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,20	5,20	5,20	↔	5,29	5,28	5,28	▲

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	24/07/26	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,08	-0,56%	-1,52%	-7,16%	-7,92%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	124,54	-0,81%	-0,17%	-10,08%	-14,74%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	14,03	-0,30%	-0,91%	-5,86%	-6,00%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	14,10	0,28%	0,62%	2,14%	-4,05%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	14,65	0,83%	3,47%	8,73%	6,74%
Índice Ibovespa (em pontos)	174.041,95	0,19%	1,17%	8,02%	30,07%
IFNC (setor financeiro)	18.536,40	-0,03%	2,83%	7,17%	27,56%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	3,75	0,00%	0,00%	0,00%	-16,67%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,33	3,68%	3,79%	25,58%	10,58%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,68	2,85%	4,75%	13,47%	6,40%
Dollar Index	101,47	0,69%	0,27%	3,28%	4,20%
Índice S&P 500 (em pontos)	7.411,98	-0,61%	-1,17%	7,48%	16,48%
Índice de Ações - Maiores Bancos EUA	188,27	-0,31%	3,84%	13,72%	29,67%
Índice de Ações - Bancos Regionais EUA	146,69	-1,58%	0,88%	17,11%	22,36%
Índice Euro Stoxx 50	6.280,94	0,80%	-0,75%	8,36%	17,29%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	303,13	2,40%	3,21%	14,91%	42,93%
Barrel de Petróleo - tipo Brent (US\$)	98,30	11,58%	34,81%	58,75%	42,09%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 João Vítor Siqueira
 Marcos Duarte
 Jéssica Silva Martins